

Ponta Delgada corta apoios aos projetos culturais em 2020

Concurso anual de apoio à cultura da autarquia de Ponta Delgada registou um corte de 29% relativamente aos cerca de 144 mil euros previstos para 2020. Agentes culturais estão “indignados” e com dificuldades em cumprir os compromissos

CAROLINA MOREIRA
carolinamoreira@acorianooriental.pt

AO/ANA CARVALHO MELO

O concurso anual de apoio às atividades culturais da Câmara Municipal de Ponta Delgada registou um corte de 29% relativamente ao valor inicialmente previsto no orçamento municipal para 2020 e que, segundo a autarquia, rondava os 144 mil euros.

O apoio prestado este ano aos 118 projetos que concorreram e que foram aprovados no Regulamento de Apoio às Atividades Culturais (RAAC) foi de cerca de 103 mil euros, valor justificado pelo vereador Paulo Mendes com a necessidade de canalizar os restantes 41 mil euros para, por exemplo, o projeto “Cultura em sua Casa” da autarquia.

Segundo a ata do concurso, a que o Açoriano Oriental teve acesso, o total dos apoios solicitados rondou os 346 mil euros. No entanto, os apoios concedidos correspondem a cerca de 30% desse valor (103 mil euros).

No documento, há inclusive a indicação de que “houve necessidade de ratear todos os valores referentes à proposta de apoios a atribuir na ordem dos 70,05%, pelo que cada proposta de apoio corresponderá a 29,95% do apoio a conceder”, perfazendo o total dos 103 mil euros.

O vereador explica que o critério passou por fazer um “corte transversal a todos de 70%” no apoio ponderado, apesar de não especificar o porquê desta percentagem específica. “Independentemente da sua realização ou não, entendemos apoiar os projetos, mas fazendo um corte transversal a todos de 70%. Até porque, sendo as atividades canceladas, os seus custos seriam substancialmente inferiores”, salienta.

Apesar disso, Paulo Mendes frisa que “somos sensíveis à expectativa que se gerou em relação ao ano anterior, em que os apoios foram de cerca de 213 mil euros, principalmente aos projetos que foram cancelados alguns dias antes da pandemia. Obviamente que, no regulamento, não conse-



Apoios atribuídos aos projetos culturais no RAAC rondaram os 103 mil euros, em detrimento dos 144 mil euros inicialmente previstos para 2020

guimos fazer essa discriminação positiva, mas há uma abertura da nossa parte, sem assumir qualquer compromisso, de tentarmos arranjar uma forma de os compensar com os custos”, admite.

A verdade é que, com os critérios aplicados no concurso, existem projetos que apenas conseguiram valores que rondam os 15 euros de apoio. “Esses valores podem causar algum espanto, mas tem a ver como a pontuação que o projeto recebeu”, salienta o vereador.

Além disso, os resultados divulgados esta semana já deviam ter sido apresentados em janeiro deste ano. Paulo Mendes admite atrasos no processo de avaliação, mas frisa que “vamos corrigir para que a situação não volte a acontecer, para que as expectativas sejam correspondidas e o próprio timing fique melhor. Também estamos a trabalhar para melhorar a comunicação do município com os agentes culturais”, afirma.

Contudo, o vereador da Câmara

Municipal de Ponta Delgada defende que a política cultural do município não pode ser avaliada apenas pela atribuição dos apoios no RAAC.

“No âmbito da cultura, nós temos criado medidas para apoiar pessoas que estavam numa situação muito fragilizada. Por exemplo, investimos 40 mil euros no ‘Cultura em sua Casa’, envolvendo 44 artistas do nosso município, e temos previstos 200 mil euros para o projeto ‘Animar PDL’”, destaca.

Agentes culturais “indignados” e em dificuldades

Contactados pelo Açoriano Oriental, Jesse James do projeto Walk & Talk e Luís Banrezes do festival Tremor dizem-se “indignados” com os cortes verificados nos apoios, assumindo inclusive dificuldades no cumprimento de compromissos como pagamentos de ordenados e fornecedores.

No caso do Walk & Talk, que

começa já na próxima semana num formato adaptado, o apoio concedido foi de 11.680 euros, quando no ano anterior teve direito a 28 mil euros.

Para Jesse James, este corte significa que “agora não vamos conseguir pagar determinados ordenados ou não vamos ter dinheiro para determinados projetos que estavam no nosso plano de atividades. E isto tudo acontece uma semana antes de começar o festival, o que é também muito grave”, frisa.

Segundo o promotor cultural, “não há razões nenhuma para esse corte a não ser uma atitude completamente irresponsável e uma tentativa de poupar o dinheiro ou de o canalizar para outras questões. Porque se esse valor já tinha sido aprovado no orçamento municipal em 2019, não há razões para não ser executado”, defende.

O caso do Tremor é ainda mais sensível. Cancelado apenas com duas semanas de antecedência

devido à pandemia de Covid-19, Luís Banrezes realça que a associação cultural Plutão Camaleão teve de acarretar todos os custos, já que o festival “já estava preparado”.

Com um apoio concedido este ano de 10.949 euros, enquanto no ano passado rondou os 28 mil, o promotor cultural diz que a associação provavelmente vai entrar em “falência técnica” por não conseguir pagar a todos os envolvidos no projeto.

Os agentes culturais queixam-se ainda dos atrasos na divulgação dos apoios e de “falhas de comunicação” por parte da autarquia. “Foi um processo completamente desorganizado desde o início, com várias falhas do ponto de vista da forma como o regulamento foi construído, na forma como o processo foi avaliado e os técnicos que fizeram parte desse processo de avaliação, e ainda nos atrasos sucessivos que nem foram informados aos candidatos”, reclamam. ♦